



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

EIXO TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONFLITO

Vale do Jequitinhonha
Um território em constante disputa

Jaqueline Mercier Nunes¹
Sidimara Cristina de Souza²

Resumo: Este artigo analisa o embate entre os modos de vida das comunidades tradicionais e a expansão da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, comercializada globalmente como mineração verde. Através de uma abordagem interdisciplinar, o artigo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método dialético-crítico, para compreender as tensões entre as territorialidades tradicionais e o avanço da fronteira mineral no Vale. Conclui-se que o discurso corporativo de sustentabilidade das mineradoras opera sob uma lógica que invisibiliza a complexa rede de saberes e relações sagradas dessas comunidades, convertendo um território de vida em uma zona de sacrifício para o mercado global.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha, comunidades tradicionais, mineração de lítio, territorialidades.

Abstract: This article analyzes the conflict between the traditional ways of life of local communities and the expansion of lithium mining in the Jequitinhonha Valley, globally marketed as "green mining." Through an interdisciplinary approach, the study adopts a qualitative methodology grounded in the dialectical-critical method to understand the tensions between traditional territorialities and the advancement of the mineral frontier in the region. The study concludes that the corporate discourse of sustainability promoted by mining companies operates under a logic that renders invisible the complex network of traditional knowledge and sacred relationships of these communities, converting a territory of life into a sacrifice zone for the global market.

Keywords: Jequitinhonha Valley; traditional communities; lithium mining; territorialities.

¹ Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), jmercier@id.uff.br.

² Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora Substituta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), sidimara.cristina@ufvjm.edu.br.



1. INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha é uma região localizada no nordeste do estado de Minas Gerais, sendo marcada por várias chapadas e possuindo uma das maiores províncias pegmatíticas do mundo. Segundo Ribeiro (2001), antes da invasão colonial, o Vale era densamente povoado por diversas etnias indígenas como os Pataxó, Botocudo (Krenak), Maxakali e Aranã.

No século XVIII, a Coroa Portuguesa declarou a “guerra justa” contra os indígenas da região, visando “limpar” o território para o avanço da mineração e da pecuária. Com a descoberta de ouro e diamantes, especialmente em áreas como Diamantina e pelo curso do Rio Jequitinhonha, essa limpeza étnica foi se intensificando principalmente através da escravização. Aquele que sobrevivia à guerra contra os portugueses era escravizado e colonizado, sendo forçado a abandonar sua cultura, religião, costumes, idioma e até mesmo o próprio nome (Paraíso, 2007).

Com a expansão do ciclo do ouro e dos diamantes no Vale do Jequitinhonha, foi necessário trazer milhares de pessoas escravizadas de origem africana para a mineração. Neste processo, muitos escravizados fugiam, se embrenhavam nas chapadas e vales de difícil acesso e se organizavam em comunidades chamadas de quilombos. É neste contexto que nascem diversos quilombos na região, reunindo negros escravizados fugidos, indígenas, negros libertos e mestiços pobres. Essas comunidades se estabeleceram em áreas de “sobra” da mineração colonial, criando territórios de liberdade, resistência e autonomia produtiva (Ribeiro, 2001).

No século XIX, com o declínio da mineração de aluvião, o Vale do Jequitinhonha passou a ser ocupado pela pecuária extensiva. Os latifundiários começaram a expulsar indígenas e quilombolas de suas terras e cercar as chapadas da região para utilizá-las na pastagem do gado, iniciando outra disputa territorial: o conflito entre o uso comum da terra e a propriedade privada latifundiária (Galizoni, 2007).

Já no século XX, durante a Ditadura Militar no Brasil, consolidou-se uma política estatal voltada ao Vale do Jequitinhonha, caracterizada por incentivos fiscais à monocultura de eucalipto. Conforme analisa Milton Santos, trata-se de uma expressão de verticalidade autoritária: decisões centralizadas que se impõem sobre as dinâmicas locais. Sob o discurso oficial de desenvolvimento de uma região estigmatizada como “Vale da Miséria”, o Estado atuou como mediador e promotor de interesses empresariais, promovendo cercamentos e desterritorializações que impactaram diretamente comunidades tradicionais (Haesbaert, 2019). Esse processo evidencia como políticas públicas de desenvolvimento territorial podem operar como instrumentos de reconfiguração desigual do espaço, redefinindo acesso à terra, à água e às condições materiais de reprodução social.

Atualmente, o Vale do Jequitinhonha vive um novo ciclo minerário. A transição energética global impulsionou multinacionais na busca por minérios críticos e, sendo a região detentora de grandes rochas de pegmatitos, tornou-se alvo de pesquisas e exploração intensiva,



principalmente do lítio, já denominado internacionalmente “ouro branco” (Zhou, 2022). Esse processo não ocorre à margem do Estado; ao contrário, depende de licenciamento ambiental, outorgas hídricas, incentivos fiscais, políticas de atração de investimentos e planejamento territorial. Assim, a expansão da mineração configura-se como política de desenvolvimento econômico, envolvendo escolhas públicas que impactam diretamente direitos sociais e territoriais.

Nesse contexto, o debate ultrapassa a dimensão econômica e insere-se no campo da Política Social, uma vez que o avanço da fronteira mineral interfere nas condições de acesso à terra, à água, à moradia, à segurança alimentar e à preservação cultural das comunidades tradicionais. O conflito em torno do lítio expressa, portanto, novas mediações da questão social no território, evidenciando como a reprodução ampliada do capital pode tensionar direitos coletivos assegurados constitucionalmente a povos quilombolas e indígenas, bem como comprometer políticas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

Este artigo examina como o avanço do lítio no Vale do Jequitinhonha, sob a máscara da sustentabilidade global, redesenha o território e impacta a vida de quilombolas, indígenas, geraizeiros e ribeirinhos. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a expansão da mineração de lítio, legitimada pelo discurso da transição energética e mediada por políticas estatais de desenvolvimento, redefine territorialidades tradicionais e produz processos contemporâneos de desterritorialização e injustiça ambiental?

A pesquisa caracteriza-se por abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada no método dialético-crítico. O corpus documental compreende relatórios técnicos de monitoramento de conflitos hídricos do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFG), relatórios institucionais de sustentabilidade de mineradoras, documentos de planejamento estatal e diretrizes geopolíticas globais, além de registros audiovisuais e matérias jornalísticas com entrevistas concedidas por lideranças locais. O recorte temporal privilegia a intensificação da exploração do lítio a partir da década de 2010, com ênfase nos desdobramentos recentes (2020–2026). A análise orienta-se por procedimentos de análise crítica do discurso, buscando identificar contradições entre a narrativa do “lítio sustentável”, a mediação estatal e os impactos territoriais relatados pelas comunidades.

A interface com os direitos territoriais é central, uma vez que o artigo evidencia a tensão entre projetos desenvolvimentistas e o direito à consulta prévia, livre e informada, à permanência no território e à reprodução sociocultural. A noção de justiça ambiental emerge como categoria analítica fundamental para compreender a distribuição desigual dos ônus e bônus da transição energética, que concentra benefícios econômicos em escalas globais enquanto territorializa impactos socioambientais em comunidades historicamente vulnerabilizadas.

No campo do Serviço Social, tais conflitos demandam análise crítica das políticas públicas de desenvolvimento e de seus efeitos sobre a proteção social. A atuação profissional em territórios marcados por mineração envolve mediações com famílias atingidas, assessoria a movimentos sociais, participação em conselhos de políticas públicas e defesa de direitos



socioambientais. Assim, compreender o conflito no Vale do Jequitinhonha contribui para qualificar a intervenção profissional diante de situações de deslocamento forçado, insegurança hídrica, precarização das condições de vida e violação de direitos coletivos.

Sob a ótica do método dialético-crítico, o território é examinado como totalidade histórica, na qual se entrecruzam capital, Estado e comunidades tradicionais. As tensões entre verticalidades corporativas e horizontalidades locais revelam não apenas processos de desterritorialização, mas também dinâmicas de resistência e reterritorialização. O conflito atual em torno do lítio, portanto, não constitui fato isolado, mas expressão contemporânea de uma longa trajetória de disputas entre projetos de exploração econômica e projetos de reprodução da vida no Vale do Jequitinhonha.

2. PROGRESSO PARA QUEM?

2.1 A transição energética global frente às territorialidades tradicionais

A transição energética é um processo geopolítico territorial e refere-se à mudança estrutural na matriz energética global, substituindo fontes baseadas em carbono (petróleo, carvão, gás) por fontes de baixa emissão (solar, eólica, biomassa). O objetivo central é o cumprimento das metas do Acordo de Paris para frear o aquecimento global. Segundo Svampa (2017), esta transição energética está sendo feita de forma colonial, a Europa e a China “limpam” suas frotas de carros, enquanto o custo socioambiental da extração da matéria-prima permanece no Vale do Jequitinhonha.

O Acordo de Paris é um tratado internacional sobre mudança do clima da atualidade. Ele foi adotado em dezembro de 2015, durante a COP21, e assinado por quase todos os países do mundo, incluindo o Brasil (Nações Unidas, 2015). O Acordo de Paris é a engrenagem que gera a demanda pelo lítio no Vale do Jequitinhonha, o objetivo principal é limitar o aumento da temperatura média global a bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, buscando esforços para limitar esse aumento a 1,5°C. Os cientistas alertam que passar de 1,5°C causaria catástrofes climáticas irreversíveis.

Cada país que assinou o Acordo de Paris criou seu próprio plano de metas, e para alcançar essas metas, países da Europa, China e EUA estabeleceram que não venderão mais carros a combustão (gasolina/diesel) a partir de 2030 ou 2035. Nesta busca por outras formas de energia que o lítio se torna o novo petróleo, pois seria o principal elemento na fabricação de baterias para carros elétricos (IEA, 2021).

Observa-se que o atual paradigma da descarbonização global opera sob uma lógica de colonialidade da natureza, na qual a mitigação da crise climática no Norte Global é viabilizada pela expropriação e degradação dos territórios de comunidades quilombolas e indígenas no Sul Global. Esse fenômeno evidencia o que Svampa (2019) define como O Consenso da Descarbonização, que é o acordo político e econômico global que estabelece a transição



energética como a única saída para a crise climática. No entanto, Svampa alerta que esse consenso é cego ao território, em sua nova fase voltada aos minerais críticos, aprofunda as dependências regionais e transfere os passivos socioambientais da transição energética para populações historicamente vulnerabilizadas. A demanda global por carros elétricos é a razão externa que invade os territórios utilizados na construção identitária de quilombos, indígenas e ribeirinhos. Em uma entrevista dada para o Canal DW Brasil, o líder quilombola Antônio Baú nos alerta:

O quilombo é o pulmão do mundo, e as empresas não estão vendo isso não, eles só tão vendo um carro com a bateria elétrica, menos poluição, riquezas para meia dúzia de pessoas, mas não tão nem aí que meu filho morra sem ter um ar pra respirar puro. (Basso, 2025).

A retórica do “Lítio Verde” configura-se como uma estratégia de legitimação territorial que visa autorizar a expansão da fronteira mineral sobre áreas de preservação e territórios tradicionais. Tal narrativa ancora-se em um utilitarismo ambiental, que justifica a expropriação local em nome de um suposto benefício coletivo global, invisibilizando os conflitos e as perdas socioculturais inerentes ao processo. Como o lítio é essencial para baterias de veículos elétricos e armazenamento de energia renovável, ele se tornou o “petróleo branco”. Historicamente, percebe-se que o povoamento do Vale do Jequitinhonha continua sendo reconfigurado pela exploração: as elites/mineradoras chegam como novas forças de ocupação, promovendo a desterritorialização de quem povoa ou descende daqueles que povoaram o Vale há séculos.

A Sigma Lithium, uma empresa canadense que atua no Vale do Jequitinhonha há mais de uma década, calçou o marketing de sua empresa e seu produto na suposta sustentabilidade. O lítio da Sigma é vendido mundialmente como “triple zero green lithium”, um método de processamento que, segundo a empresa, não utiliza químicos, carbono ou água potável (Sigma Lithium, 2023). O que se encaixa oportunamente na demanda global por energia renovável e desenvolvimento sustentável, se tornando bastante atrativo para o mercado europeu e asiático que, devido ao Acordo de Paris, estariam comprometidos em investir em energia renovável e reduzir o impacto ambiental.

Ademais, a mineradora ainda alega utilizar energia oriunda de fontes limpas (hidrelétrica e solar), recirculação de água (reutilizando 90% da água no processo), empilhamento a seco (o que reduz o risco de catástrofes ambientais) e a ausência de químicos nocivos (o processo de separação dos minérios é feito por densidade). Segundo os relatórios de sustentabilidade da companhia (Sigma Lithium, 2023), a operação se diferencia pelo uso de matriz energética limpa e pela tecnologia empregada. Entretanto, como observa Zhou (2022), tais indicadores técnicos de eficiência produtiva nem sempre se traduzem em segurança hídrica ou preservação das territorialidades para as comunidades quilombolas e indígenas do entorno.

O discurso do lítio verde e da transição energética ignora as violências cometidas contra as comunidades locais. Segundo Zhou (2022), a mineração é imposta como um destino inevitável para a região, desconsiderando outros modos de vida e projetos de futuro das populações tradicionais. Regiões como o Vale do Jequitinhonha, são transformadas em zonas



de sacrifício para suprir demandas globais de consumo sustentável no Hemisfério Norte, enquanto os impactos socioambientais (poeira, seca, barulho) ficam confinados no território local. A pesquisadora ainda destaca que a mineração de lítio, embora se apresente como tecnologicamente limpa, compete diretamente pelos recursos hídricos em uma região historicamente marcada pela escassez de água, afetando a agricultura de subsistência de quilombolas e agricultores.

Zhourí enfatiza que o território não é apenas um depósito de minérios, mas um espaço de vida. Ela documenta como as comunidades se organizam para resistir ao cercamento das terras de uso comum (as chapadas) e para denunciar a falta de consulta prévia, livre e informada. O povoamento quilombola no Vale foi um ato de resistência ao primeiro ciclo da mineração (ouro/diamante) e toda sua trajetória histórica foi marcada por exploração e resistência de comunidades rurais, indígenas e quilombolas. O conflito atual com o lítio é, historicamente, a repetição de uma lógica colonial que vê o Vale apenas como estoque de recursos, ignorando a territorialidade construída desde o século XVIII. O povoamento do Vale é marcado por ciclos de violência e por uma resistência negra e indígena profunda que, apesar dos desafios, insiste em resistir.

2.2 Território e poder

O território não é apenas a terra, mas o espaço apropriado por relações de poder. Segundo Haesbaert (2009), o território só existe quando alguém exerce poder sobre um espaço. Esse poder não é apenas o do Estado mas também o poder dominativo através do controle político e econômico e o poder apropriativo através do controle simbólico, cultural e afetivo. Para quilombolas e indígenas do Vale, o território é multidimensional, é o lugar de sustento, de moradia e de conexão com os antepassados.

A territorialidade quilombola é expressa na festa, na roça, no uso das águas da Chapada do Lagoão, na manutenção de ritos e costumes ancestrais, na transmissão oral de crenças e do sagrado. A territorialidade indígena se traduz na confluência entre comunidade e natureza, no uso estratégico de recursos naturais e na forma que essas comunidades se integram ao meio-ambiente de forma quase simbiótica.

Ao enxergar o Vale do Jequitiinhonha como um território corporativo, os objetivos de mineradoras como a Sigma Lithium entram em confronto com as formas de viver das comunidades existentes. É o choque entre o território tradicional, visto como vida, e o território corporativo visto como jazida de lítio. A relação das corporações com o território é puramente instrumental, a territorialidade das mineradoras é expressa pelas cercas, pelos seguranças e pelas licenças de lavra.

Neste embate, ocorre o que Haesbaert (2009) chama de desterritorialização: o processo de perda ou precarização do controle sobre o território. Podendo ser física ou simbólica, que é quando a comunidade permanece no lugar, mas perde o acesso aos recursos, como a água ou



ar puro ou vê sua paisagem ser destruída. As rachaduras nas casas devido às explosões nas minas e o secamento de nascentes devido a interrupção do sistema geológico e hidrológico da região (GESTA/UFMG, 2024) são formas de desterritorialização, pois retiram as condições de permanência da comunidade no local. O território é sempre um equilíbrio entre: dominação, funcional/econômica e apropriação, simbólica/cultural. O conflito no Vale do Jequitinhonha ocorre porque a dominação da mineradora atropela a apropriação do quilombo e da comunidade indígena.

2.3 Território enquanto (re) existência

Apesar do início do povoamento do Vale do Jequitinhonha ter surgido a partir da resistência à colonização e a mineração, as comunidades da região construíram espaços de vida em abundância. Os quilombos se tornaram ambientes de liberdade e de manifestação cultural; os territórios indígenas se reelaboraram a partir da confluência de saberes ancestrais e novas descobertas; os ribeirinhos instituíram uma relação cotidiana com os rios e afluentes (Arruda, 2000).

O Quilombo do Baú (Araçuaí/MG) é uma dessas comunidades que enfrentaram a colonização, é uma comunidade quilombola que se formou ainda no primeiro ciclo de ouro, se consolidando e resistindo a diversos conflitos por território. São cerca de 100 famílias que vivem no quilombo e respiram uma vida ritmada pelo calendário religioso e cultural, que fortalece o vínculo comunitário. A Festa do Rosário e o batuque são exemplos de expressões de resistência cultural negra na comunidade e são rituais de afirmação da identidade quilombola, que contribuem na manutenção de vínculos ancestrais. Além disso, como forma de resistência, muitos jovens saem do quilombo rural e migram para a cidade de Araçuaí/MG porém, sem abandonar sua cultura e sua identidade. Deste modo, na cidade se formou um bairro conhecido como *Pipoca* que passou a ser reconhecido como quilombo urbano e como uma extensão do Quilombo do Baú, demonstrando ser possível criar novas estratégias para a manutenção da identidade coletiva quilombola (Costa, 2010).

Outrossim, situada entre os municípios de Itinga e Araçuaí, a Terra Indígena (TI) Cinta Vermelha-Jundiba (Itinga, Araçuaí/MG) abriga uma comunidade pluriétnica composta pelos povos Pankararu e Pataxó. A comunidade é formada por famílias que migraram para a região em diferentes períodos do século XX, estabelecendo laços de parentesco e uma nova territorialidade baseada na preservação do Cerrado³. A formação da TI Cinta Vermelha-Jundiba é um caso fascinante de migração, resistência e reconstrução de identidade no Vale do Jequitinhonha. Diferente de aldeias ancestrais que nunca saíram de seu local de origem, ela é fruto de um processo de reterritorialização (Anaya, 2012).

A TI Cinta Vermelha-Jundiba subverte a lógica do Vale do Lítio ao afirmar uma

³ O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e a savana mais bio diversa do mundo. Caracteriza-se por uma vegetação complexa que varia desde campos limpos (gramíneas) até formações florestais (Cerradão).



territorialidade baseada na cura e na ancestralidade. A resistência indígena nesta área evidencia que a transição energética global, ao ignorar a presença desses povos, opera sob um racismo ambiental que sacrifica territórios tradicionais em nome de uma sustentabilidade corporativa (CIMI, 2025).

Segundo o GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (UFMG), o Território Indígena Pankararu e Pataxó está cercado por projetos de mineradoras causando graves impactos, denunciados pelas lideranças indígenas: contaminação das águas, vibrações e ruídos, além de denúncias de que os estudos de impacto ambiental das mineradoras muitas vezes tratam a presença indígena como área de influência indireta, minimizando a necessidade de consulta prévia ou a ignorando completamente.

Por sua vez, os Geraizeiros são populações tradicionais que habitam os Gerais (os planaltos ou chapadas do Cerrado). Sua identidade está ligada ao manejo histórico desse bioma, eles se definem não apenas por quem são, mas por onde estão e como usam a terra. Os geraizeiros estão espalhadas por todo o Vale, especialmente nas áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, e utilizam o território baseado na sazonalidade e na coletividade, sua identidade coletiva está baseada na relação cultural e técnica com o bioma Cerrado. O gado dos geraizeiros é criado na solta, onde os animais circulam livremente alimentando-se da pastagem nativa. As chapadas são o seu supermercado e farmácia, eles coletam pequi, araticum, buriti, fava d'anta e diversas plantas medicinais. Enquanto o gado está na chapada, o geraizeiro cultiva sua roça de milho, feijão ou mandioca nas grotas e vales, onde há mais umidade (Galizoni, 2007).

Com o *boom* do lítio no Vale, o que restou das áreas de solta do gado, está sendo ocupado pelas cavas de mineração. Quando a mineradora cerca a chapada, ela rompe o ciclo do geraizeiro, sem a chapada para o gado e para o extrativismo, a vida no baixio torna-se economicamente inviável (Galizoni, 2007).

Ademais, as Comunidades Ribeirinhas no Vale do Jequitinhonha representam a face mais íntima da relação entre o povo e as águas, esses grupos não são apenas moradores da beira do rio, mas sim *vazanteiros*, um termo técnico-cultural que explica como eles manejam a terra conforme o pulso do rio, bem diferente do agricultor que depende da chuva. Segundo Ribeiro (1998), quando o nível do rio baixa após o período de cheias, ele deixa nas margens um solo rico em sedimentos e umidade, o ribeirinho planta nessas margens (as vazantes) culturas como feijão, milho e hortaliças. É uma agricultura que não precisa de irrigação artificial, pois utiliza a umidade residual do rio, essa técnica é semelhante ao que os egípcios faziam no Delta do Rio Nilo com as plantações de trigo e cereais durante o século XV a.C. no nordeste do continente africano (Mazoyer, 2010).

Contudo, com a mineração retirando água das cabeceiras e das chapadas, o nível dos rios baixa precocemente ou de forma irregular, matando a vazante antes da colheita. Além disso, segundo o GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (2024), ocorre o assoreamento: a poeira e o sedimento das minas de lítio correm para os córregos e chegam ao



Rio Jequitinhonha, entupindo o rio e impedindo a pesca. Destarte, enquanto a mineradora tem outorgas de milhões de litros para lavar o minério, o ribeirão vê o poço artesiano secar e o rio ficar com o leito exposto.

Durante décadas, a cultura ribeirinha no Vale foi carregada de um imaginário mítico que funcionava como uma forma de proteção ambiental, entidades da água e do rio que protegiam as nascentes e as vazantes. A crença no Caboclo d'Água ou no Minhocão, seres que habitam o fundo do rio, servia, tradicionalmente, como um freio moral para evitar a pesca predatória ou a poluição das águas, preservando assim a relação simbiótica entre ribeirão e natureza. Para essas comunidades, o rio é uma extensão da casa, além de alimentar o misticismo e o sagrado (Ribeiro, 1998).

Contudo, na última década, observa-se uma profunda desarticulação dos sistemas de manejo tradicional frente ao avanço da fronteira mineral. A integridade dos ecossistemas ribeirinhos é comprometida por externalidades negativas severas, tais como o descarte de rejeitos sólidos, a poluição sonora e estrutural decorrente de detonações, o assoreamento de áreas de vazante e a supressão de nascentes. Tais processos rompem a simbiose entre as comunidades e os cursos d'água, inviabilizando a reprodução física e cultural desses grupos. A geopolítica da energia tem disputado o território regional e simbólico e têm capturado e vendido esse território como reserva de minério, ignorando as relações sociais, culturais e religiosas entre comunidades tradicionais e o Vale do Jequitinhonha (Milanez; Santos, 2023).

O quilombola, o geraizeiro, o indígena e o ribeirão vive a multiterritorialidade quando precisa lidar, no seu quintal, com decisões tomadas em bolsas de valores em Nova York ou em diretrizes de transição energética da União Europeia. É o local sendo atravessado pelo global.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a nova corrida do ouro e a demanda global por energia limpa, levanta-se dúvidas sobre a possibilidade de avançar sem destruir o território. Comunidades rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e geraizeiros estão neste exato momento se articulando política e estrategicamente para frear os avanços das mineradoras. Segundo Haesbaert (2019), isso é a reterritorialização, é o movimento de reconstrução dos laços territoriais ou a criação de novas formas de ocupação e resistência para garantir a sobrevivência do grupo. Quando estas comunidades se organizam, criam associações, ocupam (ou retomam) terras, além de realizar manifestações, paralisações e interrupção de estradas, fazem isso para reafirmar seu direito à terra.

É neste momento que a teoria e o discurso das empresas colidem com a realidade material observada no Vale. A prova incontestável da insustentabilidade do modelo minerário no Vale do Jequitinhonha reside na rápida exaustão hídrica das nascentes situadas nas encostas das chapadas, enquanto os relatórios corporativos enfatizam a “recirculação de água na planta” (Sigma Lithium, 2023). A realidade empírica captada pelos moradores revela o



desaparecimento de córregos perenes, confirmando que a intervenção nas áreas de recarga do aquífero rompe o nexo biótico fundamental para a sobrevivência das comunidades tradicionais (GESTA/UFMG, 2024).

Na área das políticas públicas, as implicações transcendem a mera regulação técnica do licenciamento. Exige-se um deslocamento do Consenso da Descarbonização (SVAMPA, 2019) em direção a uma justiça ambiental que reconheça a autonomia dos territórios tradicionais. O Estado deve deixar de atuar como gestor da espoliação para se tornar garantidor da soberania hídrica e territorial, assegurando que a transição energética global não se converta em uma nova rodada de invisibilização e racismo ambiental contra os povos do Vale do Jequitinhonha. As evidências analisadas neste estudo apontam para a necessidade urgente de uma reestruturação das políticas públicas de mineração e gestão territorial.

Os territórios do Quilombo do Baú (Araçuaí/MG), da Terra Indígena Pankararu-Pataxó (Araçuaí/Itinga/MG), da Comunidade Poço Dantas (Itinga/MG) constituem territorialidades tradicionais centenárias em resistência no Vale do Jequitinhonha. Embora o discurso hegemônico da transição energética tente legitimar a conversão dessas áreas em zonas de sacrifício sob o pretexto de um “bem comum” global e sustentável, tais comunidades representam a materialidade da contra-hegemonia. Elas evidenciam que a reprodução da vida e a identidade coletiva se sobrepõem à lógica da expropriação mineral.

REFERÊNCIAS

- ANAYA, Felisa Cançado. **Territorialidades Indígenas e Conflitos Ambientais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BRASIL DE FATO. **MPF recomenda suspensão da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha**. São Paulo: YouTube, 18 set. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=80yIFfelFHM>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- CANAL DW BRASIL. **O lado sujo do “Eldorado do lítio” brasileiro**. Vale do Jequitinhonha: Youtube, 3 de setembro de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_01a5jssiql. Acesso em 17 fev. 2026.
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário). **Povos Pataxó e Pankararu resistem ao avanço do lítio no Jequitinhonha**. 2025.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Quilombos do Jequitinhonha: música e memória**. Montes Claros: Unimontes, 2010.
- DI GREGORIO, Enrico. **Exploração de lítio amplia contaminação do solo e da água em Minas Gerais**. Revista Pesquisa FAPESP, 13 dez. 2025. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/exploracao-de-litio-amplia-contaminacao-do-solo-e-da-agua-em-minas-gerais/>. Acesso em: 18 fev. 2026.
- ELEMENTAR. **Lítio: O Tesouro Escondido do Brasil?**. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hM41JDI12E>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- GALIZONI, Flávia Maria. **A terra dos parentes: herança e partilha da terra em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.



GUDYNAS, Eduardo. **Extrativismos**: ecologia, economia e política de um modo de entender o desenvolvimento e a natureza. Rio de Janeiro: Elefante, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

IEA (International Energy Agency). **The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions**. Paris: IEA, 2021.

JORGE, Amanda Lacerda. **Direitos territoriais de quilombolas**: entre o reconhecimento jurídico e a resistência política. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P. **O "Vale do Lítio" e a nova fronteira mineral**: impactos socioambientais e o mito da transição energética verde. Juiz de Fora: Poemas, 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Projeto Vale do Lítio**: Estratégias de desenvolvimento e atração de investimentos. Belo Horizonte: SEDE/MG, 2023.

MOURA, Gaio. **Retomadas Indígenas em Minas Gerais**: o caso de Cinta Vermelha-Jundiba. In: ANAYA, F. C. (Org.). Territórios Tradicionais e Conflitos. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Acordo de Paris**. Paris: ONU, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int>. Acesso em: 22 fev. 2026.

O TEMPO. **Exploração de lítio: os bônus e ônus do 'novo ouro' de Minas Gerais**. Belo Horizonte: YouTube, 22 jun. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNGCrDcZX8k>. Acesso em: 17 fev. 2026.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Folclore do Rio Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **O Vale do Jequitinhonha**: caminhos e fronteiras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. **Sistemas agrários, recursos naturais e agricultura familiar no alto Jequitinhonha**. São Paulo: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, n. 1, p. 5-56, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SILVA, C. et al. **Exposure of aluminum in the Araçuaí-Itinga Lithium Pegmatite District, Minas Gerais, Brazil**: Contaminant and toxicological effects on populations established nearby mining activities. Journal of Geological Survey, [S. l.], v. 8, n. 2, 7 mar. 2025.

SINIMBÚ, Fabiola. **Vale do Lítio: exploração de metais críticos impacta comunidades em MG**. Revista Brasil, Brasília, 05 out. 2025. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-10/vale-do-litio-exploracao-de-metais-criticos-impacta-comunidades-em-mg>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SOUZA, Valdenio *et al.* **A mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha**: impactos econômicos, socioambientais e geopolíticos. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.17, n.7, p. 01-22, 2024.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. São Paulo: Elefante, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA). **Relatório de monitoramento de conflitos ambientais**: mineração de lítio e povos tradicionais no Médio Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Nota técnica sobre os impactos hídricos da mineração de lítio no Médio Jequitinhonha**. Belo Horizonte: GESTA/UFMG, 2024.



ZHOURI, Andréa. **Mineração, violências e resistências**: um olhar sobre o Brasil. Belo Horizonte: Even3, 2022.